

**KARINA ZANETTE**

**A CARGA TRIBUTÁRIA DE UMA EMPRESA DE COMÉRCIO DE ALUMÍNIO,  
COM ÊNFASE PARA O ICMS.**

Trabalho apresentado ao Departamento de Contabilidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR, como requisito para a obtenção do título de Especialista no Curso de Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças.

Orientador: Profº. Jaime Bettoni

**CURITIBA**

**2007**

**Dados de Catalogação (CIP) conforme  
Câmara Brasileira do Livro, SP.**

Zanette, Karina, 1980-.

Análise dos processos operacionais de entrada e saída com estudo específico do tributo ICMS para empresas de comércio de alumínio dentro do estado do Paraná.

1. Contabilidade Gerencial 2. Administração Financeira

**Índices para catálogo sistemático**

1. Contabilidade 657
2. Contabilidade gerencial: Empresas: Administração financeira 658.151

Devemos acreditar que temos um dom para alguma coisa e que, custe o que custar, havemos de consegui-la (Marie Curie).

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu Noivo, pelo seu apoio, me dando forças para conclusão de mais um objetivo que consegui alcançar.



## RESUMO

**ZANETTE, Karina. A carga tributária de uma empresa de comércio de alumínio, com ênfase para o ICMS.** Este trabalho apresentou um estudo que identificou e analisou, sob um ponto de vista crítico, as dificuldades operacionais das empresas do ramo comercial de alumínio com relação especificamente ao tributo ICMS, onde trouxe retornos tanto para área tributária das empresas quanto para área de vendas. O presente trabalho tomou por base a legislação estadual pertinente à matéria sob estudo. Trabalhando sobre o alicerce legal foi verificado e identificado os elementos determinantes da estrutura e funcionamento do ICMS dentro do estado do Paraná e respondeu aos objetivos gerais e específicos, mencionados em projeto de trabalho, como aqueles que pretendia alcançar.

**Palavras-chave:** ICMS no estado do Paraná, Empresa de Comércio de Alumínio, Operações de Entradas e Saídas.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	2
2 A HISTÓRIA DO ALUMÍNIO.....	3
2.1 A indústria do alumínio e a construção civil no Brasil.....	5
3 CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL.....	8
4 DISPOSITIVOS GERAIS DO ICMS.....	10
4.1 Sobre as Incidências .....	11
4.2 Base de Cálculo.....	14
4.2.1 Integra a Base de Cálculo .....	14
4.2.2 Não Integra a Base de Cálculo .....	17
4.2.3 Base de Cálculo na Transferência Interestadual .....	17
4.3 Não Incidências .....	18
4.3.1 Remessa para Industrialização ou conserto .....	20
4.3.2 Amostra Grátis.....	23
4.4 Operações de Saída - Venda.....	24
4.4.1 Diferimento – Artigo 87-A .....	25
4.4.1 Diferimento – Artigo 524 .....	28
4.4.2 Venda para Exportação .....	31
4.4.3 Venda para Área de Livre Comércio – Amazônia Ocidental .....	34
4.4.4 Venda para fora do Estado do Paraná.....	38
4.4.5 Remessa para Industrialização por Ordem de Terceiros, quando a mercadoria transitar por um estabelecimento industrializador.....	40
5 ALÍQUOTAS.....	42
5.1 Alíquotas Interestaduais .....	42
6 OPERAÇÕES DE ENTRADA.....	44
6.1 Compra para uso e consumo .....	45
6.2 Compra para Ativo Permanente.....	47
6.3 Devolução de mercadoria .....	51
7 CONCLUSÃO.....	54
8 BIBLIOGRAFIA .....	55

## 1. Introdução

A falta de informação de muitas empresas no ramo de comércio atacadista em especial a do ramo de alumínio quanto ao Regulamento do ICMS no estado do Paraná, tem feito com que muitos empreendimentos estejam irregulares perante a receita do estado. Observa-se que o regulamento do ICMS no estado do Paraná tem tido várias modificações dificultando ainda mais o trabalho de uma boa gestão tributária nas empresas.

O ponto de partida das empresas é entender detalhadamente os conceitos e benefícios que o ICMS, tende a oferecer através de transações operacionais de entradas bem como saídas de mercadorias.

O fato é que muitas empresas desconhecem alguns benefícios, incentivos e isenções fiscais, que podem ser utilizados dentro das mesmas com o intuito de diminuir seus gastos com pagamento de tributos ou até mesmo utilizar o mesmo intencionalmente para alavancar suas vendas.

Devido à grande quantidade de transações de entradas e saídas de mercadorias existem várias dúvidas que surgem onde o contribuinte se questiona se deverá ou não pagar o tributo e ou se poderá se beneficiar através da utilização do crédito.

O estudo será especificamente em cima de empresas atacadistas de alumínio localizadas dentro do estado do Paraná, onde serão levantadas as operações cotidianas de entradas e saídas de mercadorias sendo informado de forma clara e objetiva o que a legislação vigente do estado exige para esses casos.

O objetivo será facilitar o entendimento da legislação e aplicar de forma a facilitar o “dia a dia” dessas empresas, buscando assim, diminuir os erros operacionais por falta de um conhecimento mais aprofundado da legislação.

## 2. A História do Alumínio

A história do alumínio está entre as mais recentes no âmbito das descobertas minerais. Enquanto o uso do cobre, do ferro e posteriormente do aço se deu em épocas remotas, o surgimento do alumínio como matéria – prima ocorreu somente no século XIX, portanto há menos de dois séculos. Atualmente, o alumínio ocupa uma posição de destaque entre os metais utilizados pela indústria.

A história do alumínio no Brasil começou com a implantação de uma pequena fábrica de utensílios no bairro do Bom Retiro, em São Paulo. Em 1917, surge a Companhia Paulista de Artefatos de Alumínio, detentora da marca Rochedo. Em 1934 foi adquirida pela Metalúrgica Matarazzo. Ao mesmo tempo outra empresa paulista, a O.R. Muller, produzia bisnagas de alumínio.

Na década de 1920, ainda em São Paulo, surgiu a Alumínio Centenário, empresa familiar dedicada à produção de acessórios. Em 1923, foi fundada a Alessandro Colombo & Cia., que depois mudaria sua denominação para Alumínio Fulgor. Uma nova transformadora de alumínio, a Irmãos Clemente – Alumínio Ironte, nasceu em 1940 e continua tendo até hoje posição de destaque no setor. Todas essas empresas utilizaram matéria – prima importada, porque, ao contrário do que geralmente acontece na indústria metalúrgica, no caso do alumínio a manufatura antecedeu a exploração do minério.

A nacionalização do alumínio como matéria – prima resultou da visão e perseverança do engenheiro Américo René Giannetti, nascido em Rosário (RS), em 1896, e formado pela Escola de Minas de Ouro Preto (MG). Em 1933, ele viajou à Europa para estudar as técnicas básicas da transformação de bauxita em alumínio metálico. Certamente sabia da existência de bauxita no Morro da Cruz, próximo a Ouro Preto. De volta ao Brasil, Giannetti procurou apoio oficial e privado para o seu projeto. Em 1934, fundou a Elquisa – Eletroquímica Brasileira S.A., dedicada à produção de outros produtos, como ácido sulfúrico e sulfato de cobre. A primeira unidade destinada à produção de alumina pelo processo Bayer começou a funcionar em 1938. Nesse ano, o Exército propôs a Giannetti que coordenasse a instalação da primeira fábrica

nacional de alumínio. Afetado pelos contratempos da Segunda Guerra Mundial, o projeto acabou se concretizando somente em 25 de março de 1945.

Dezesseis meses depois, os baixos preços do alumínio no país provocaram o desligamento temporário dos fornos da Elquisa. A empresa foi adquirida pela Alcan – Aluminum Limited of Canadá, em junho de 1950. A Alcan alumínio do Brasil Ltda. tornou – se assim a primeira empresa multinacional a participar do mercado brasileiro, produzindo não só o alumínio primário como também produtos transformados de alumínio. Denominou – se Alcan até 2005, quando passou a chamar - se Novelis do Brasil S.A.

A Companhia Brasileira de Alumínio – CBA, fundada em 1941, foi outra empresa que se empenhou em viabilizar a produção nacional de alumínio. Contava com as reservas de bauxita de Poços de Caldas, mas sua unidade industrial para a produção de alumínio primário acabou sendo localizada na área de Rodovelho, próxima de Sorocaba, onde a energia elétrica e o combustível (lenha) eram mais abundantes. A empresa paulista foi uma das pioneiras e permanece até hoje como uma das grandes empresas do setor.

A Alcoa – Aluminum Company of América, empresa de origem norte-americana e líder mundial na produção de alumínio, estabeleceu representação no Brasil em 1915, mas iniciou suas operações comerciais somente em 1940. A Alcoa voltou a se interessar pelo mercado brasileiro no início da década de 60, quando adquiriu a Companhia Geral de Minas, detentora de jazidas de bauxita em Poços de Caldas (MG). A instalação da primeira fábrica de redução da Alcoa, em Minas Gerais, destinava-se a produzir alumínio para o mercado interno, no período entre 1967 e 1970, o que coincidiu com a descoberta das grandes reservas comerciais de bauxita da Amazônia, feita pela Alcan em 1967.

A quarta empresa produtora de alumínio primário no Brasil foi a Valesul Alumínio S.A., que passou a operar em janeiro de 1982 por iniciativa da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, empresa estatal de mineração de ferro, e da Billiton Metais S.A., então subsidiária do Grupo Shell. A presença da Valesul permitiu substituir as importações brasileiras de alumínio, que experimentavam crescimento acentuado àquela época.

Em 1981 a Billiton Metais S.A. se engajou ao projeto da Alcoa, já com o nome de Alcoa Alumínio S.A., destinado à produção de alumina e exportação de alumínio primário em grande escala, transformando – o no Consórcio de Alumínio do Maranhão – Alumar, que iniciou suas operações em 1984.

Enquanto isso a Vale do Rio Doce Alumínio – Aluvale dava andamento aos estudos de viabilidade do projeto Alumínio do Brasil – Albras, consórcio entre a Nippon Amazon Aluminium Company Limited – NAAC e a Companhia Vale do Rio Doce, no qual estava prevista, inclusive, a construção da hidrelétrica de Tucuruí. O início das operações da Albras ocorreu em 1985.

Essas empresas compõem o cenário atual da indústria nacional do alumínio, na extração da bauxita, no seu beneficiamento ou na produção de alumina e de alumínio primário.

## **2.1 A indústria do alumínio e a construção civil no Brasil**

A indústria do alumínio registrou em 2004 uma participação de 3,3% no Produto Interno Bruto Industrial, representando uma importante contribuição à balança comercial do país.

A versatilidade do alumínio permite sua utilização em diferentes segmentos de mercado, tais como: construção civil, transportes, eletricidade, bens de consumo, embalagens, máquinas e equipamentos, entres outros.

A construção civil, por sua vez, participa com 18,4% do Produto Interno Bruto Brasileiro, sendo o setor que mais consome matéria – prima em qualquer país.

No macrocenário da economia brasileira, encontra - se alinhados os desafios da indústria do alumínio e da indústria da construção civil, que representam dois importantes setores produtivos, geradores de divisas e de postos de trabalho.

Neste sentido o alumínio, como matéria – prima vem tendo utilização cada vez maior no ramo da construção civil no Brasil e no mundo; representando uma grande oportunidade de crescimentos para ambos os setores da economia.

Segundo os dados da Associação Brasileira do Alumínio – ABAL a indústria brasileira de alumínio ocupa, desde 1998, o sexto lugar no ranking dos produtores mundiais de alumínio primário, antecedida por: China, Rússia, Canadá, Estados Unidos da América e Austrália.

Ainda segundo a ABAL, em 2004 a indústria brasileira do alumínio acompanhou os resultados apresentados pela economia, com a reação do consumo doméstico de produtos transformados, que voltou a crescer 11,3%, e o crescimento de 4,9% no volume de suas exportações. A produção de alumínio primário também cresceu em 2004, registrando um total de 1.457.400 toneladas produzidas, conforme demonstra o quadro 1 inserido a seguir.

**Quadro 1: Capacidade de produção instalada de alumínio primário**

<b>Produtores</b>	<b>2003 Unidade: 1000 t</b>	<b>2004 Unidade: 1000 t</b>
Albras Alumínio Brasileiro S/A	436	440,5
Alcoa Alumínio S/A	296	296
Vale do Rio Doce Alumínio – Aluvale	52	-
BHP Billiton Metais S/A	216	174
Companhia Brasileira de Alumínio	314	345
Novelis do Brasil Ltda.	109	109
Valesul Alumínio S/A	-	92,9
<b>Total</b>	<b>1.423,0</b>	<b>1.457,4</b>

Fonte: ABAL. Anuário Estatístico 2004.

A oferta nacional – composta de produção primária, sucata recuperada e importações – foram de 1.806.100 toneladas em 2004, apresentando crescimento de 5,5% em relação ao volume de 2003.

As exportações de alumínio e seus produtos chegaram a 1.038.700 toneladas (peso alumínio) em 2004, com crescimento de 4,9% sobre o volume exportado no ano anterior. O destaque ficou para o aumento significativo de 14,6% dos embarques de produtos transformados, que confirma os esforços

empreendidos pela indústria para aumentar as exportações de produtos com maior valor agregado.

Com esses esforços, a indústria alcançou um desempenho que lhe permitiu atingir faturamento de US\$ 7,8 bilhões e registrar participação de 3,3% no PIB Industrial, com contribuição de US\$ 2,7 bilhões do total exportado pelo país.

Os investimentos da indústria brasileira do alumínio atingiram US\$ 600 milhões e o recolhimento de impostos elevou-se para US\$ 1,2 bilhão. Estes resultados permitiram o aumento de postos de trabalho da indústria de 50 mil para 53 mil ao final de 2004.

Por outro lado, apesar de as importações totais terem apresentado crescimento de 7,8% com total de 98.100 toneladas em 2004 contra 91.000 toneladas em 2003, basicamente em função do aumento das importações de alumínio primário, ligas e sucata de alumínio, houve queda significativa nas importações de produtos transformados, que passaram de 76.700 toneladas para 66.700 toneladas em 2004.

Embora estes números demonstrem a grande importância relativa do Brasil no mercado internacional do alumínio primário, o consumo per capita registrado no ano de 2004 é relativamente pequeno: de 4,1 kg/habitante/ano, quando comparado com valores entre 15 e 30 kg/habitante/ano dos países industrializados como Estados Unidos, Alemanha e Japão.

Após dois anos de queda, o mercado interno brasileiro consumiu um volume recorde de 741.200 toneladas de produtos transformados de alumínio em 2004, com um acréscimo de 11,3% sobre o ano anterior.

Embora o Brasil já apresente um destacado papel no cenário internacional da indústria de alumínio, ainda existe um mercado potencial muito grande a ser explorado pelas indústrias nacionais do setor.

Outro dado importante refere – se ao consumo brasileiro de alumínio por setor de aplicação. Conforme demonstra o quadro 2, exposto a seguir, o segmento de mercado destinado aos produtos de alumínio para a construção civil representa parcela significativa, em termos de volume consumido deste material.



**Quadro 2: Consumo de alumínio por setor de aplicação no Brasil**

Setor	2003 Em: 1000 t	2004 Em: 1000 t	2004/2003 Em: 1000 t
Construção Civil	87,8	94,7	7,9
Transportes	148,6	187,5	26,2
Eletricidade	65,9	68,1	3,3
Bens de Consumo	57,6	69,2	20,1
Embalagens	207,6	213,5	2,8
Máquinas e Equipamentos	27,1	31,1	14,8
Outros	71,4	77,1	8,0
Total	666,0	741,2	11,3

Fonte: ABAL. Anuário Estatístico 2004

A construção civil é um dos mercados mais dinâmicos da economia nacional e representa o setor que mais consome matéria-prima em qualquer país. Para atender cada vez melhor a este segmento, a indústria do alumínio oferece mais e mais soluções para a construção civil. São perfis, acessórios, chapa, telhas, produtos químicos, etc., que valorizam projetos, garantindo qualidade, beleza, modernidade e segurança às mais arrojadas obras.

Até a década de 1950, o uso do alumínio na construção civil no Brasil era praticamente inexistente. Na época utilizavam – se apenas matérias mais econômicas, como o aço e a madeira, encontrados em grande quantidade no país, não havendo necessidade de importação.

O alumínio começou a ser introduzido no país como componentes de esquadria de aço. Algumas peças, como baguetes (perfil metálico removível, estrategicamente instalado no folha da esquadria por meio de encaixa (clipagem), cuja função principal é facilitar a troca de vidros.) e trilhos, feitas de chapas dobradas de alumínio complementavam essas esquadrias.

### **3. CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL**

Segundo o site da Receita Federal ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)) acessado em 06/08/2007, em 1947, quando teve início o registro sistemático das contas nacionais do Brasil, a carga tributária brasileira era de 13,8% do

PIB. Desde então, apresentou um crescimento lento até atingir 18,7% do PIB em 1958. A partir daquele ano, iniciou uma trajetória de queda, chegando em 1962, em meio à crise institucional, a 15,8% do PIB. Nos anos seguintes, marcados pela mais profunda reforma tributária por que passou o país, recuperou sua tendência ascendente.

A reforma da década de 60 criou um sistema tributário que, a despeito de pecar contra a equidade e o grau de centralização, era tecnicamente avançado para a época. Adotou-se a tributação sobre o valor adicionado tanto para o principal imposto estadual como para o imposto federal sobre produtos industrializados, técnica cuja adoção estava prevista para países da Comunidade Econômica Européia, mas que, naquela época, era utilizada apenas na França. Reduziu-se drasticamente a tributação cumulativa, que ficou restrita à tributação dos serviços e aos impostos únicos sobre combustíveis e lubrificante e sobre energia elétrica. Reformulou-se o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, ampliando consideravelmente seu poder arrecadador. Promoveu-se substancial melhoria na qualidade da administração fazendária. Completado o período de transição, a carga tributária atingiu um patamar em torno de 25% do PIB, estabilizando-se nesse nível no final dos anos 60 e ao longo de toda a década de 70. A despeito da recessão do início da década de 80, a carga tributária manteve-se nesse nível, até mesmo crescendo um pouco mais até 1983. A partir daí observa-se nova fase de declínio que perdura pelo restante da década. Após o resultado excepcionalmente obtido, em virtude do Plano Collor, em 1990 (28,8% do PIB), restabelece-se o patamar do início da década de 80. Com a estabilização da economia decorrente do Plano Real, a carga tributária volta a crescer e, após passar por um máximo em 1994 (29,8% do PIB), manteve-se em um patamar ao redor de 29% do PIB.

Em 2005 a carga tributária, foi de 37,37% do PIB, que corresponde, uma parcela relativa à União, onde ocorreu um aumento 1,18 pontos percentuais se comparado com ano de 2004. Este resultado, entretanto, não decorreu da criação de nenhum tributo ou contribuição, de acréscimo de alíquotas ou de

ampliação de base de cálculo no tocante aos tributos e contribuições federais, mas, ao contrário, foram adotadas diversas medidas de desoneração tributária.

Assim, o resultado da parcela correspondente à União pode ser atribuído, principalmente, à maior lucratividade de setores importantes da economia, observada especialmente no ano de 2005, com reflexo positivo no Imposto de Renda e na Contribuição sobre o Lucro Líquido, à elevação continuada do grau de eficiência da administração tributária, à adoção de medidas legais que permitiram maior eficiência no controle, como a obrigatoriedade de retenção na fonte nos pagamentos efetuados a empresas prestadoras de serviços e a recuperação de débitos em atraso por conta do trabalho de fiscalização e cobrança.

Dos tributos que formam a carga tributária brasileira neste trabalho será focado para o ICMS.

#### **4. DISPOSITIVOS GERAIS DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIA E SERVIÇO**

Para entendimento operacional do ICMS é necessário um conhecimento mais aprofundamento do tributo que será estudado, ou seja, o ICMS é um imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior conforme Art. 155, II, e §§ 2º. A 5º.

No Paraná, a primeira Lei a tratar deste imposto foi a Lei 8933, de 26 de janeiro de 1989, sendo somente regulamentada através do Decreto 1966, de 22 de dezembro de 1992, o qual foi reeditado devido a inúmeras alterações, através do Decreto 1511/95.

Em 1996, ou seja, oito anos após a promulgação da Constituição, foi editada a Lei Complementar 87/96 (a chamada “Lei Kandir”), surgindo da unificação de seis outros impostos existentes conforme abaixo, a lei foi alterada posteriormente pelas Leis Complementares 92/97, 99/99 e 102/2000.

- Imposto sobre circulação de mercadorias;
- Imposto único sobre minerais;
- Imposto único sobre combustíveis líquidos e gasosos;
- Imposto único sobre energia elétrica;
- Imposto sobre transportes;
- Imposto sobre comunicações;

Conforme acima, pode – se dizer que toda operação saída ou entrada de mercadoria dentro de uma empresa deve – a ser destacado o ICMS, porém a Lei Complementar n.º 87/96 estabelece normas gerais aplicáveis ao ICMS, com várias alterações conforme a Lei Complementar n.º 102, de 11/07/00. Desta forma, falaremos sobre o Art. 1º.:

“Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.”

O Artigo 1º mostra que cada estado determina e institui o valor do imposto ICMS dentro do estado, ou seja, existem produtos onde cobra – se e outros com incentivos e benefícios onde o estado pensando em um bem geral determina esses benefícios onde não incide o imposto.

Ocorre que, mais uma vez, tendo em vista as inúmeras alterações, em média dois artigos por dia, o Paraná teve que reeditar o seu Regulamento do ICMS, o que resultou no Decreto 5141/2001.

#### **4.1. Sobre as Incidências**

Conforme Artigo 2º do RICMS/PR existe a incidência do ICMS para qualquer pessoa física, jurídica, que de alguma forma realize uma comercialização, ou seja, na circulação de mercadoria ou uma prestação de serviço de transporte interestadual, intermunicipal mesmo que as operações se iniciem no exterior.

O imposto também incide nas operações de serviços de comunicação, sendo por qualquer meio, geração, emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza.

Para a entrada de mercadoria importada do exterior, por qualquer pessoa, mesmo a mercadoria sendo destinada a consumo próprio ou ativo permanente deve – se ser incidente do ICMS, bem como para os serviços prestados no exterior.

Desta forma, podemos dizer que quando se emite uma nota fiscal de venda ou prestação de serviço de transporte incide o ICMS, vale ressaltar que existem exceções que serão tratados mais a frente.

Conforme Cláudio Borba, 2006, pág. 44, para melhor entendimento sobre a incidência do imposto que está prevista na Lei Complementar nº 87/96, conhecida com Lei Kandir pode – se construir o seguinte quadro das incidências:

**Tabela 1: Incidência de ICMS**

<b>Lei Kandir</b>	<b>Incidência</b>
Art. 2º, I	Operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares.
Art. 2º, II	Prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores.
Art. 2º, III	Prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza.
Art. 2º, IV	Fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
Art. 2º, V	Fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.
Art. 2º § 1º, I	Entrada de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
Art. 2º, § 1º, II	Serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior.
Art. 2º, § 1º, III	Entrada, no território do Estado destinatário, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto ao Estado onde estiver localizado o adquirente.

## **4.2 Base de Cálculo**

A base de cálculo é o montante tributado pelo ICMS, e encontra – se prevista no art. 6º do RICMS/PR.

Calcula – se a base de cálculo do imposto nos seguintes casos:

- Nas saídas de mercadorias é o valor da operação;
- No fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento é o valor da operação compreendido mercadoria e serviço
- Na prestação de serviço de transporte intermunicipais e interestaduais e de comunicação é o preço do serviço;
- No fornecimento de mercadoria com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios é o valor da operação (mercadoria + serviço);
- No fornecimento de mercadoria com prestação de serviço compreendidos na competência tributária dos Municípios e com indicação expressa de incidência do Imposto de competência estadual, como definido na Lei Complementar aplicável (LC nº 116/03) é o preço corrente da mercadoria fornecida ou empregada.
- Na importação de mercadorias;

### **4.2.1 Integra a Base de Cálculo**

Conforme art. 6º, do RICMS/PR integra a base de cálculo do imposto, inclusive na importação o montante do próprio imposto, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle.

E integra o valor correspondente a seguros, juros e demais importância pagas, recebidas ou debitadas, bem como descontos concedidos sob condição, assim entendidos os que tiverem subordinados a eventos futuros e incertos.

Sobre o frete, caso o transporte seja efetuado pelo próprio remetente ou por sua conta e ordem e seja cobrado em separado.

E conforme Cláudio Borba para auxílio no entendimento dos incisos do art.13º, a tabela a seguir define todos os fatos geradores e as respectivas bases de cálculo:



**Tabela 2: Base de Cálculo do ICMS**

<b>L. Kandir</b>	<b>Fato gerador</b>	<b>Base de cálculo</b>
Art. 13, I	Saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular. Transmissão à terceiro de mercadoria depositada em armazém geral ou em depósito fechado, no Estado do transmitente.	O valor da operação.
Art. 13, I	Transmissão de propriedade de mercadoria, ou de título que a represente, quando a mercadoria não tiver transitado pelo estabelecimento transmitente.	O valor da operação.
Art. 13, II	Fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento.	O valor da operação, compreendendo mercadoria e serviço
Art. 13, III	Prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.	O preço do serviço.
Art. 13, IV, "a"	Do fornecimento de mercadoria com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.	O valor total da operação.
Art. 13, IV "b"	Do fornecimento de mercadoria com prestação de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios e com indicação expressa de incidência do imposto de competência estadual, como definido na lei complementar aplicável.	O preço corrente da mercadoria fornecida ou empregada.
Art. 13, V	Importação de mercadoria no exterior	A soma das seguintes parcelas: a) o valor da mercadoria ou bem constante dos documentos de importação, observado o disposto no art. 14; b) II, IPI e IOF; c) quaisquer despesas aduaneiras.
Art. 13, VI	Recebimento, pelo destinatário, de serviço prestado no exterior.	O valor da prestação do serviço, acrescido, se for o caso, de todos os encargos relacionados com a sua utilização.
Art. 13, VII	Aquisição em licitação pública de mercadorias importadas do exterior apreendidas ou abandonadas	O valor da operação acrescido do valor do II e do IPI e de todas as despesas cobradas ou debitadas ao adquirente.
Art. 13, VIII	Entrada no território do Estado de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outro Estado, quando não destinados à comercialização ou à industrialização.	O valor da operação de que decorrer a entrada.
Art. 13, IX	Utilização, por contribuinte, de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outro Estado e não esteja vinculada a operação ou prestação subsequente.	O valor da prestação no Estado de origem .

#### **4.2.2 Não Integra a Base de Cálculo**

Não integra a base de cálculo do imposto o montante (art. 6º, § 2º do RICMS/PR) do imposto sobre produtos industrializados (IPI), quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configurar fato gerador de ambos os impostos.

Correspondente aos juros, multa e atualização monetária recebidos pelo contribuinte, a título de mora, por inadimplência de seu cliente, desde que calculados sobre o valor de saída da mercadoria ou serviço, e auferidos após a ocorrência do fato gerador do tributo.

Bem como acréscimo financeiro cobrado nas vendas a prazo promovidas por estabelecimentos varejistas, para consumidor final, pessoa física, desde que haja a indicação no documento fiscal relativo à operação, dentre outros elementos, do preço a vista da mercadoria, do valor total da operação, do valor da entrada, se for o caso, do valor dos acréscimos financeiros excluídos da tributação e do valor e da data do vencimento de cada prestação e se o valor excluído não exceda o resultado da aplicação de taxa que represente as praticadas pelo mercado financeiro, fixada mensalmente pela Secretaria de Estado da Fazenda, sobre o valor do preço a vista.

#### **4.2.3 Base de Cálculo na Transferência Interestadual**

Conforme o § 4 do artigo 6º do RICMS/PR na saída de mercadoria para estabelecimento localizado em outra unidade federada, pertencente ao mesmo titular, a base de cálculo do imposto é o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria, o e valor da mercadoria é o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra e acondicionamento.

Tratando – se de mercadorias não industrializadas, o preço corrente no mercado atacadista do estabelecimento remetente.

Nas operações e prestações interestaduais entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, caso haja reajuste do valor depois da remessa ou da

prestação, a diferença fica sujeita ao imposto no estabelecimento do remetente ou do prestador. (art.6º, 5º do RICMS/PR).

### **4.3 Não Incidências**

Não incide o ICMS em cerca de 13 tópicos onde podemos dar um maior destaque em alguns casos que utilizamos em empresas de comércio de alumínio no Paraná.

Nas vendas com destino para Exportação, incluindo – se os produtos primário onde o alumínio se enquadra equiparado para as saídas de mercadoria realizada com o fim específico de exportação para o exterior, destinada a empresa comercial exportadora, inclusive tradings ou outro estabelecimento da mesma empresa e armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro.

Nas saídas de bens utilizados como instrumento próprios da atividade ou trabalho, ou seja, nas saídas de peças, veículos, ferramentas, equipamentos e de outros bens, não pertinentes à linha normal de comercialização do contribuinte, quando utilizados como instrumentos de sua própria atividade ou trabalho (art. 4º, XI, do RICMS-PR).

Ao efetuar a saída de bens do Ativo Permanente, não incide o ICMS, podendo ser observado que no Estado do Paraná não há incidência do ICMS nas saídas a qualquer título de bens do ativo permanente.

Para melhor esclarecimento conforme Cláudio Borba, 2006, pág. 51 pode – se construir o seguinte quadro resumo das não-incidências previstas na Lei Kandir:

**Tabela 3: Não Incidência de ICMS**

<b>Lei Kandir</b>	<b>Não – Incidência</b>
Art. 3º, I	Operações com livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
Art. 3º, II	Operações e prestações que destinem ao exterior, mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços.
Art.3º, III	Operações interestaduais relativas à energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização.
Art. 3º, IV	Operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.
Art. 3º, V	Operações relativas a mercadorias que tenham sido ou que se destinem a ser utilizadas na prestação, pelo próprio autor da saída, de serviço de qualquer natureza definido em lei complementar como sujeito ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, ressalvadas as hipóteses previstas na mesma lei complementar.
Art. 3º, VI	Operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie.
Art. 3º, VII	Operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia, inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor.
Art. 3º, VIII	Operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário.
Art. 4º, IX	Operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de bens móveis salvados de sinistro para companhias seguradoras.

#### **4.3.1 Remessa para Industrialização ou conserto**

De acordo com o artigo 272 do decreto 5.141 do RICMS/PR é suspenso o pagamento do imposto na saída promovida por estabelecimento de contribuintes que em operações internas ou interestaduais, para conserto ou industrialização, sob a condição de retorno real ou simbólico ao estabelecimento remetente, no prazo de até 180 dias, contados da data da saída ressalvados as hipóteses previstas no § 1º, e também em operações internas, no posterior retorno, real ou simbólico, em devolução realizada no prazo referido acima, pelo estabelecimento industrializador com destino ao estabelecimento do contribuinte autor da encomenda referente à industrialização.

Vale ressaltar que o inciso § 1º não se aplica às saídas, em operações interestaduais, de sucatas e de produto primário de origem animal, vegetal ou mineral, salvo se a remessa e o retorno real ou simbólico se fizerem nos termos de protocolo celebrado entre o Estado do Paraná e outros Estados interessados, também não se aplica quando a operação interna de retorno real ou simbólico da mercadoria objeto da industrialização estiver ainda sujeita às normas relativas ao diferimento, e ainda na saída de produto primário para fins de beneficiamento.

Caso o industrializador não consiga finalizar e retornar a mercadoria no prazo determinado de 180 dias poderá ser prorrogado por igual período, admitida excepcionalmente uma segunda prorrogação, mediante despacho do Diretor da Coordenação da Receita do Estado, proferido em requerimento justificado da parte interessada.

Fazer – se – a observar que encerra – se a suspensão do pagamento do imposto, nas saídas em retorno real ou simbólico, em operações internas, da mercadoria consertada ao estabelecimento originariamente remetente, realizada no prazo de até 180 dias, contados da data da remessa para conserto, e o não-atendimento da condição de retorno, no prazo de 180 dias, contados da data da remessa.

Encerrada a fase de suspensão conforme o artigo 274 do RICMS/PR é responsável pelo pagamento do imposto suspenso nas operações de retorno de conserto, o remetente que houver realizado o conserto, devendo pagar o imposto, mediante lançamento em conta gráfica, de Nota Fiscal modelo 1 ou 1-1A, para esse fim emitida, com o destaque do imposto devido com a identificação do documento fiscal relativo à remessa, observando, quando à base de cálculo, o disposto no artigo 275 que diz:

Na saída da mercadoria em operações internas em retorno ao estabelecimento que a tenha remetido para conserto, com o encerramento da fase de suspensão, a base de cálculo será o valor da mercadoria.

Importante frizar que a nota fiscal emitida para estes fins de pagamento do imposto deverá ser lançada no campo “Outros Débitos” do livro de Registro de Apuração do ICMS, no mês da sua emissão.

Segue abaixo o modelo da nota fiscal remessa para conserto ou industrialização, bem como sua escrituração no Livro de Registro de Saída.

Figura 1: Remessa para conserto

EMITENTE		NOTA FISCAL Nº. 101							
LOGOTIPO	NOME/RAZÃO SOCIAL: <b>Aluminio S/A</b>	<input checked="" type="checkbox"/> SAÍDA <input type="checkbox"/> ENTRADA							
	ENDEREÇO: Rua Amazonas, S/N	Bairro: CIC							
	MUNICÍPIO: Curitiba	UF: PR							
	FONE/FAX:	CEP: 74.989-000							
		CNPJ							
		01.949.939/0001-40							
NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSC. ESTADUAL DO SUBTRIB.	INSCRIÇÃO ESTADUAL						
Remessa para Conserto	5.915		540.990.000						
DESTINATÁRIO/REMETENTE			1ª. VIA DESTINATÁRIO REMETENTE						
NOME/RAZÃO SOCIAL		CNPJ/CPF							
Indústria de Carrocerias Santo Antônio Ltda		85.999.858/0003-13							
ENDEREÇO:	BAIRRO:	CEP							
Rua da Alameda, nº47	Centro								
MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL						
Santo Antônio da Platina		PR	69.060.060-0						
FATURA									
DADOS DO PRODUTO									
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	CL. FISC.	SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS IPI	VALOR DO IPI
999999	Micro Computador			PC	1	1.500,00	1.500,00		-
CÁLCULO DO IMPOSTO									
BASE DE CÁLCULO DO ICMS		VALOR DO ICMS		BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO		VALOR DO ICMS SUBSTITUTO		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
1.500,00		1.200,06						1.500,00	
VALOR DO FRETE		VALOR DO SEGURO		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS		VALOR TOTAL DO IPI		VALOR TOTAL DA NOTA	
								1.500,00	
TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS									
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				RESERVADO AO FISCO				Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO	
Remessa para conserto, suspensão do ICMS conf. Art. 85 inciso VII, retorno em 180 dias conforme Art. 272 inciso I do RICMS/PR.								101	
DADOS DA AIDF E DO IMPRESSOR									
RECEBEMOS DE (RAZÃO SOCIAL DO EMITENTE) OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO								NOTA FISCAL	
DATA DO RECEBIMENTO		IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR						Nº. 101	

**Figura 2: Livro de Registro de Saída – Remessa para conserto**

LIVRO DE REGISTRO DE SAÍDA													
Documento Fiscal					Valor Contábil	Codificação		ICMS – Valores Fiscais					Obs.
Espécie	Série e sub-série	Números	Data			Contábil Fiscal	Base de cálculo	Alíquota	Imposto debitado	Isentas /tributadas	Outras		
			Dia	Mês									
NF	-	101	25	10	1500,00	-	5.915				1500,00	Remessa para conserto	

#### 4.3.2. Amostra Grátis

Quando a empresa decide distribuir uma amostra grátis, surgem dúvidas se deverá ser destacado o ICMS na nota fiscal de saída, e observa - se que no artigo 3º do RICMS/PR prova que é concedido o benefício fiscal através de isenção fiscal conforme o Anexo I item 3 que para as saídas de amostras de diminuto ou nenhum valor comercial, distribuídas gratuitamente, e na importação de amostras, sem valor comercial, representandas por quantidade, fragmentos ou partes de qualquer mercadoria, estritamente necessários para dar a conhecer a sua natureza, espécie e qualidade .

Para efeito da legislação estadual, considera – se amostra grátis a distribuição gratuita de parte, fragmento ou quantidade não excedente de 20% do conteúdo ou do número de unidades de menor embalagem de apresentação comercial do mesmo produto para venda ao consumidor.

É isenta do ICMS as saídas de amostras de diminuto ou nenhum valor comercial, distribuídas gratuitamente, e, na importação de amostras, sem valor comercial, representadas por quantidade, fragmentos ou partes de qualquer mercadoria, estritamente necessários para dar a conhecer a sua natureza, espécie e qualidade.

Com relação à escrituração às operações com amostra grátis, da nota fiscal de saída emitida com a isenção do ICMS será feita no livro Registro de Saídas, utilizando – se as seguintes colunas:



**Figura 3: Livro de Registro de Saída - Amostra**

LIVRO DE REGISTRO DE SAÍDA													
Documento Fiscal					Valor Contábil	Codificação		ICMS – Valores Fiscais					Obs.
Espécie	Série e sub-série	Números	Data			Contábil Fiscal	Base de cálculo	Alíquota	Imposto debitado	Isentas /tributadas	Outras		
			Dia	Mês									
NF	-	100	02	05	8,90	-	5.911				8,90		Remessa amostra grátis

Vale ressaltar que o exemplo utilizado acima é para remessa de amostra grátis, onde utilizamos três C.F.O.P.s que são:

- 5.911 – Operação Internas;
- 6.911 – Operação Interestadual;
- 7.949 – Operação para o exterior;

#### 4.4 Operações de Saída - Venda

Sobre a incidência pode – se dizer que o ICMS incide para a maioria das operações de saída da mercadoria ou serviços, utilizemos como exemplos práticos para os próximos capítulos uma empresa de comércio do alumínio dentro do estado do PR.

Atualmente comercializa – se alumínio dentro do estado do Paraná basicamente de três formas:

- Pessoa jurídicas que industrializam;
- Pessoa jurídicas que comercializam;
- Pessoa físicas e jurídicas que utilizam o material para seu uso próprio;

Quando efetuamos vendas para o consumidor final a base de cálculo do ICMS fazer – se – a pelo valor total da mercadoria juntamente com a soma do IPI, onde aplica - se uma alíquota de 18% dentro do estado do Paraná, já para os clientes localizados fora do estado aplica – se as alíquotas interestaduais,

deste que o cliente seja contribuinte pode – se obter a informações se o cliente está habilitado perante a receita do estado através do site: [www.sintegra.gov.br](http://www.sintegra.gov.br), caso contrário aplica - se alíquota de 18%.

Para as vendas onde a mercadoria será industrializada ou comercializada segue – se a regra de que a base de cálculo do ICMS é formada somente pelo valor da mercadoria, ressaltando que o cliente deverá ser contribuinte do ICMS onde será aplicada alíquota interestadual para clientes localizados fora do estado com alíquota de 12% e 7% e dentro do estado alíquota de 18%, porém aplicando a redução na base de cálculo de 33,33% sobre a base de cálculo do ICMS para empresas localizadas dentro estado do Paraná.

Para os três casos levantados acima na maioria das vezes o ICMS é incidente, porém existem alguns benefícios existentes onde o ICMS é diferido, isento ou não tributado.

#### **4.1.1 Diferimento – Artigo 87-A**

Um caso que podemos destacar no RICMS/PR o Artigo 87-A inciso I do RICMS/PR fica diferido o pagamento do imposto nas saídas internas entre contribuintes de mercadoria, na proporção de 33,33% do valor do imposto, na hipótese da alíquota de 18% diz - se sobre o diferimento do ICMS para venda dentro do estado do Paraná onde a empresa é contribuinte do ICMS sabe – se que a alíquota interna do estado do Paraná é de 18% sobre o valor da mercadoria, porém com esse incentivo o contribuinte adquire a mercadoria com uma redução na base de cálculo de 33,33%, consequentemente o valor do ICMS cobrado ficaria 12%.

É fato que muitas empresas desconhecem ou não dão à importância cabível que para o caso acima a empresa só poderá vender a mercadoria com o diferimento para contribuintes habilitados pelo cadastro estadual do estado.

Esse incentivo veio como forma de estimular as empresas localizadas dentro do estado do Paraná que adquirem mercadoria para fins de comercialização e industrialização a adquirirem as mesmas no estado, já que o valor cobrado do ICMS girará em torno de 12% sobre o valor da mercadoria,

consequentemente o mesmo valor cobrado na grande parte do país através da alíquota interestadual de 12% e ainda com certa vantagem do valor do transporte ser menor do que a aquisição da mercadoria fora do estado.

Para melhor exemplificar podemos utilizar um exemplo prático, ou seja, uma empresa localizada dentro do estado do Paraná está adquirindo um produto que será utilizado na industrialização, o valor total desta mercadoria é de R\$ 10.000,00 a base de cálculo do ICMS para esse produto seria de R\$ 10.000,00 o cálculo do ICMS será feito da seguinte forma:

$$\text{Diferimento do ICMS} = \text{R\$ } 10.000,00 \times 33,33\% = \text{R\$ } 3.333,00$$

$$\text{Base de cálculo: } \text{R\$ } 10.000,00 - \text{R\$ } 3.333,00 = \text{R\$ } 6.667,00$$

$$\text{ICMS} = \text{R\$ } 6.667,00 \times 18\% = \text{R\$ } 1.200,06$$

Os R\$ 1.200,06 representa no final aproximadamente 12 % do valor total da mercadoria tendo em vista que se calculássemos o valor total da mercadoria que é R\$ 10.000,00 x 12% o resultado esperado seria de R\$ 1.200,00, ou seja uma diferença de R\$ 0,06.

O valor do ICMS deverá constar já com a redução, porém deverá ser destacado nos complementos da nota fiscal o valor do ICMS diferido, ou seja, a diferença que não será paga, juntamente com a informação do artigo referente ao diferimento.

**Figura 4: Nota Fiscal de Saída para Comércio ou Indústria dentro do Estado do PR.**

EMITENTE		NOTA FISCAL Nº. 100	
LOGOTIPO	NOME/RAZÃO SOCIAL: Alumínio S/A		<input checked="" type="checkbox"/> SAÍDA <input type="checkbox"/> ENTRADA
	ENDEREÇO: Rua Amazonas, S/N		Bairro: CIC
	MUNICÍPIO: Curitiba		UF: PR
	FONE/FAX:		CEP: 74.989-000
		CNPJ	01.949.939/0001-40
NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSC. ESTADUAL DO SUBTRIB.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
Venda	5.102		540.990.000
DESTINATÁRIO/REMETENTE			1ª. VIA DESTINATÁRIO REMETENTE
NOME/RAZÃO SOCIAL		CNPJ/CPF	
Indústria de Carrocerias Santo Antônio Ltda		85.999.858/0003-13	
ENDEREÇO:	BAIRRO:	CEP	
Rua da Alameda, nº47	Centro		
MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
Santo Antônio da Platina		PR	69.060.060-0
FATURA			
DADOS DO PRODUTO			
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	CL. FISC.	SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA
7578588	Perfil de alumínio	884848	40
		PC	
QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS
100	100,00	10.000,00	ICMS IPI
			18 5
			VALOR DO IPI
			500,00
CÁLCULO DO IMPOSTO			
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUTO
10.000,00	1.200,06		
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI
			500,00
TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS			Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			100
ICMS diferido conforme ART. 87 A do RICMS/PR.			
Valor do ICMS diferido R\$ 599,94			
DADOS DA AIDF E DO IMPRESSOR			
RECEBEMOS DE (RAZÃO SOCIAL DO EMITENTE) OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO			NOTA FISCAL
DATA DO RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR		Nº.

Desta forma podemos observar que para chegarmos ao valor do ICMS é necessário aplicar a redução na base de cálculo, porém para fins de fiscalização na nota fiscal em si não pode – se destacar o valor da base de cálculo já com a redução, na nota fiscal deverá aparecer como base de cálculo do ICMS o valor total da mercadoria, e no cálculo propriamente dito faz – se – a redução na base de cálculo e aplica – se a alíquota interna de 18%.

Ao analisar sobre a escrituração dessa nota fiscal no livro de saída segue o preenchimento dos seguintes quadros:

**Figura 5: Livro de Registro de Saída – Redução na Base de Cálculo Art.****87-A**

... ..

LIVRO DE REGISTRO DE SAÍDA													
Documento Fiscal					Valor Contábil	Codificação		ICMS – Valores Fiscais					Obs.
Espécie	Série e sub-série	Números	Data			Contábil Fiscal	Base de cálculo	Alíquota	Imposto debitado	Isentas /tributadas	Outras		
			Dia	Mês									
NF	-	100	25	10	10.500,00	-	5.102	6.667,00	18	1.200,06	3.333,00		

Pode – se observar que o valor contábil é o valor total da nota fiscal que neste caso seria o valor total dos produtos mais a soma do IPI, nota – se ainda que no livro o valor da base de cálculo para fins de escrituração deverá ser o valor já diferido deverá ser lançado em isenta ou não tributada.

Com relação ao C.F.O.P. utilizado para esse caso aplica – se o de normal de venda, onde para empresas que comercializam o produto 5.102, 6.102 e ou 7.102 que significa venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros, e para empresas industriais utilizam 5.101, 6.101 e ou 7.101 que significa venda de produção do estabelecimento.

#### 4.4.1 Diferimento – Artigo 524

Outro diferimento muito usado pelas empresas industrializadoras de alumínio localizadas dentro do estado do Paraná encontra – se no Art. 524 inciso I do RICMS/PR conforme abaixo:

“ É diferido o pagamento do ICMS nas sucessivas saídas de sucatas de metais, bem como de lingotes e tarugos de metais não ferrosos, até que ocorra (Convênios ICMS 9/76 E 30/82)

I – a saída do produto acabado de estabelecimento industrial, localizado neste Estado, que utilize as citadas mercadoria em processo de transformação industrial, hipótes em que o imposto deverá ser debitado em conta gráfica;

Neste artigo destaca que é diferido o pagamento do ICMS nas sucessivas saídas de sucatas de metais, bem como de lingotes e tarugos de

metais não ferrosos, até que ocorra a saída do produto acabado de estabelecimento industrial, localizado neste Estado, que utilize as citadas mercadorias em processo de transformação industrial, hipótese em que o imposto deverá ser debitado em conta gráfica.

Para usufruir destes benefícios as empresas devem estar localizadas dentro do estado do Paraná inscritas como Regime Normal de Operação onde deverão utilizar a mercadoria para fim de industrialização dentro do estado, vale ressaltar que têm validade esse diferimento para venda de Lingote e Tarugo não ferrosos.

Neste diferimento a nota fiscal sai sem a base de cálculo do ICMS e consequentemente o valor da mercadoria será menor.

Observa – se que muitas empresas desconhecem a lei e ou estão sendo assessoradas por contadores com pouco conhecimento e ou disposição para orientar seus clientes.

Sobre o modelo da nota fiscal com diferimento conforme Art. 524, bem como a sua escrituração.

**Figura 7: Livro de Registro de Saída – Redução na Base de Cálculo Art.**

[illegible]

#### 4.4.2 Venda para Exportação

Quando efetua – se venda para uma empresa comercial exportadora deve – se tomar alguns cuidados importantes visando não estar fora das normas estabelecidas pela Receita Federal, dentre as exigências podemos destacar :

A empresa deverá estar enquadrada como empresa Comercial Exportadora/importadora e ou Trading Company, ou seja empresas que têm como objetivo social a comercialização, podendo comprar produtos fabricados por terceiros para revender no mercado interno ou destiná-los à exportação, assim como importar mercadorias e efetuar sua comercialização no mercado doméstico, ou seja, atividades tipicamente de uma empresa comercial. Uma *trading company* deve ser constituída com base no Decreto-Lei nº 1.248/72, devendo obrigatoriamente ser S/A, ter capital social mínimo equivalente a 703.380 UFIR e obter registro especial para operar como *trading* na SECEX/MICT e SRF/MF. Por sua vez, uma empresa comercial exportadora/importadora tem sua constituição regida pela mesma legislação utilizada na abertura de qualquer empresa comercial ou industrial para operar no mercado interno, sem nenhuma exigência quanto a sua natureza, capital social ou registro especial. Para o fabricante, sob o aspecto comercial e administrativo não existe diferença entre vender a uma *trading company* ou a uma empresa comercial exportadora/importadora. Em contrapartida, no campo fiscal as vendas do fabricante para a *trading company* são isentas do pagamento de alguns tributos, enquanto a mesma operação com a empresa comercial exportadora/importadora os tributos são suspensos. Adicionalmente, para o fabricante, a venda para a *trading company*, com o fim específico de exportação, é equiparada à exportação e gera direito à isenção do pagamento do IPI, desde que a mercadoria seja remetida diretamente para embarque ou para depósito em entreposto aduaneiro extraordinário de exportação, por conta e ordem da *trading company*. Essa mesma operação realizada com a empresa comercial exportadora/importadora gera direito apenas à suspensão do pagamento do IPI, condicionada à posterior comprovação da efetiva exportação da mercadoria. No que concerne ao ICMS não haverá diferença



para o fabricante, sendo a operação com ambas empresas efetuada com a não-incidência do seu pagamento, também condicionada à posterior comprovação da exportação da mercadoria.

Vale ressaltar que os clientes estando com toda a documentação correta a empresa comercializadora que venda para esse cliente não cobrará alguns imposto ou seja PIS, COFINS, ICMS e IPI.

Sendo assim, evitando futuros oborrecimentos é importantes que as empresas que vendam para as empresas exportadoras, solicitem do cliente além da denominação de seu objetivo social e comprovante de exportação, seja apresentando o cadastro de habilitação junto ao SISCOMEX.

O SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior é um sistema informatizado, em nível nacional, que interliga eletronicamente os exportadores e importadores ao DECEX – Departamento de Operações de Comércio Exterior, BACEN – Banco Central do Brasil e Secretaria da Receita Federal, permitindo a emissão de RE – Registro de Exportação, LI – Licenciamento Não Automático e DI – Declaração de Importação, documentos indispensáveis ao desembaraço aduaneiro das mercadorias e à realização da exportação ou importação. A emissão de RE, LI e DI são solicitados diretamente pela própria empresa exportadora ou importadora, ou por despachantes aduaneiros, corretores de câmbio ou bancos credenciados pelo exportador ou importador, mediante simples acesso informatizado ao SISCOMEX, o qual através de seus órgãos gestores e anuentes, automaticamente, analisa as operações, aprovando ou registrando eletronicamente eventuais exigências a serem cumpridas pelo exportador ou importador.

Não incidência do ICMS está protegida no Artigo 4º do inciso II que diz que o imposto não incide sobre operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços.

A nota fiscal sairá da seguinte forma, sem destaque dos tributos, com o dispositivo legal nas observações complementares com a informação de que a

mercadoria será destinada para exportação, segue abaixo exemplo prático bem como a sua escrituração fiscal no livro de saída.

**Figura 8: Nota Fiscal de Saída – Venda para Exportação**

<b>EMITENTE</b>  <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 50px; margin: 10px auto;"></div> <b>LOGOTIPO</b>		<b>NOTA FISCAL</b> <b>Nº.</b> 103								
		<input checked="" type="checkbox"/> SAÍDA <input type="checkbox"/> ENTRADA Bairro: CIC UF: PR CEP: 74 989-000								
NOME/RAZÃO SOCIAL: <b>Alumínio S/A</b> ENDEREÇO: Rua Amazonas, S/N MUNICÍPIO: Curitiba FONE/FAX:		1º. VIA DESTINATÁRIO REMETENTE  DATA-LIMITE P/ EMISSÃO								
CNPJ 01.949.939/0001-40		DATA DA EMISSÃO 30/10/2007  DATA DA SAÍDA 30/10/2007  HORA DA SAÍDA								
NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda				CFOP 5.102						
INSC. ESTADUAL DO SUBTRIB. 540.990.000		INSCRIÇÃO ESTADUAL 540.990.000								
<b>DESTINATÁRIO/REMETENTE</b>										
NOME/RAZÃO SOCIAL Deal Comércio Exportadora S/A		CNPJ/CPF 54 989 646/0004-90								
ENDEREÇO: Rua São Amparo, 30		BAIRRO: Centro								
MUNICÍPIO Cambé		FONE/FAX								
UF PR		INSCRIÇÃO ESTADUAL 0.0606.0606								
<b>FATURA</b>										
<b>DADOS DO PRODUTO</b>										
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	CL. FISC.	SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	IPI	VALOR DO IPI
646467	Folha de Alumínio			PC	1000	15,00	15.000,00	0	0	-
<b>CALCULO DO IMPOSTO</b>										
BASE DE CÁLCULO DO ICMS		VALOR DO ICMS		BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO		VALOR DO ICMS SUBSTITUTO		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS		
								15.000,00		
VALOR DO FRETE		VALOR DO SEGURO		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS		VALOR TOTAL DO IPI		VALOR TOTAL DA NOTA		
								15.000,00		
<b>TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS</b>										
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ICMS não incidente conforme Art. 4º do inciso II do RICMS/PR. Mercadoria destinada para exportação				RESERVADO AO FISCO				Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO  103		
<b>DADOS DA AIDF E DO IMPRESSOR</b>										
RECEBEMOS DE (RAZÃO SOCIAL DO EMITENTE) OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO								NOTA FISCAL		
DATA DO RECEBIMENTO		IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEDOR						Nº 103		

**Figura 9: Livro de Registro de Saída – Venda para Exportação**

[illegible]

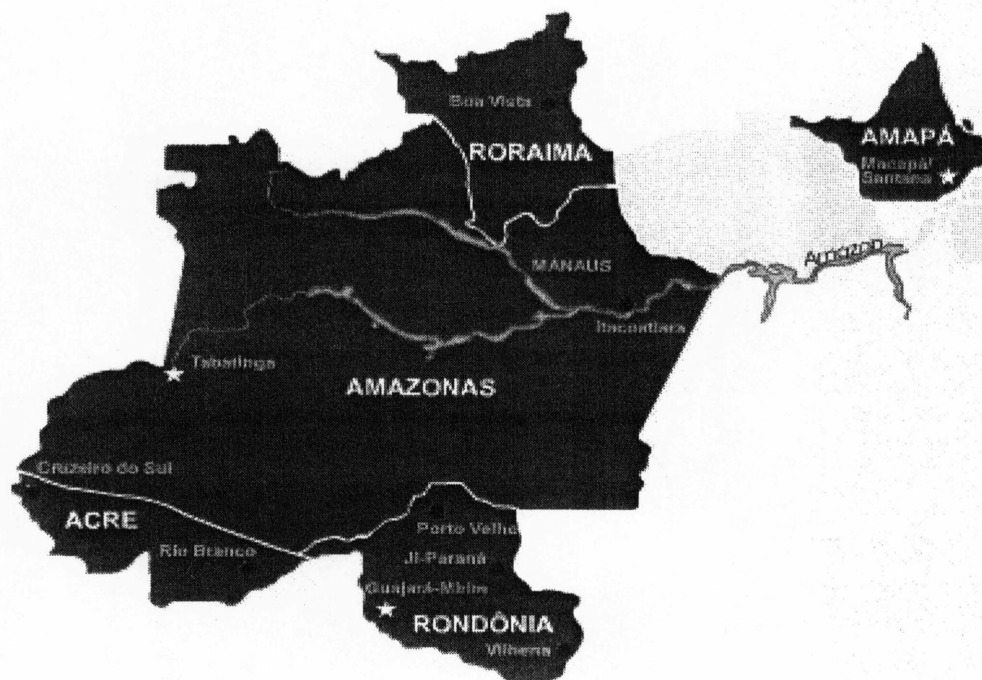
#### **4.4.3 Venda para Área de Livre Comércio – Amazônia Ocidental**

As Áreas de Livre Comércio foram criadas para promover o desenvolvimento das cidades de fronteiras internacionais localizadas na Amazônia Ocidental e em Macapá/Santana, com o intuito de integrá-las ao restante do país, oferecendo benefícios fiscais semelhantes aos da Zona Franca de Manaus, com incentivos do IPI e do ICMS, proporcionando melhoria na fiscalização de entrada e saída de mercadorias, fortalecimento do setor comercial, abertura de novas empresas e geração de empregos.

**Figura 10: Área Livre Comércio**

★ Área de Livre Comércio - ALC (03)

● Coordenações Regionais - CORE (07)  
Todas na Amazônia Ocidental



São sete Áreas de Livre Comércio:

1. Tabatinga (AM)
2. Guajará-Mirim (RO)
3. Macapá-Santana (AP)
4. Pacaraima e Bonfim (RR)
5. Brasiléia (AC)
6. Cruzeiro do Sul (AC)
7. Epitaciolândia (AC).

A obtenção do benefício de suspensão do ICMS e ou IPI, ocorrerá somente quando a mercadoria destinar para empresas estabelecidas e autorizadas a operar nessas áreas, para as empresas comercializadoras de alumínio é imprescindível que antes de emitir a nota fiscal com o benefício consultar o site do SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus)

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br) e se o cliente está com sua inscrição habilitada e deverá mencionar na nota fiscal, além das indicações exigidas pela legislação o número de inscrição do estabelecimento destinatário na SUFRAMA, para melhor exemplificar segue abaixo modelo da nota fiscal bem como sua escrituração no Livro de Saída.

**Figura 11: Nota Fiscal de Saída - Suframa**

NOTA FISCAL									
Nº. 104									
EMITENTE		NOME/RAZÃO SOCIAL: Alumínio S/A <input checked="" type="checkbox"/> SAÍDA <input type="checkbox"/> ENTRADA ENDEREÇO: Rua Amazonas, S/N Bairro: CIC MUNICÍPIO: Curitiba UF: PR FONE/FAX: CEP: 74.989-000							
LOGOTIPO		1º. VIA DESTINATÁRIO REMETENTE							
NATUREZA DA OPERAÇÃO		CFOP	INSC. ESTADUAL DO SUBTRIB.	CNPJ	DATA-LIMITE				
Venda		6.110	INSCRIÇÃO ESTADUAL	01.949.939/0001-40	P/ EMISSÃO				
			540.990.000						
DESTINATÁRIO/REMETENTE									
NOME/RAZÃO SOCIAL				CNPJ/CPF					
Irmãos Gonçalves Ltda				33.949.455/0001-49					
ENDEREÇO:		BAIRRO:		CEP			DATA DA EMISSÃO		
Rua Amapá		Jardim Verde					30/10/2007		
MUNICÍPIO		FONE/FAX		UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL		DATA DA SAÍDA		
Guarajaminim				RO	898654324		30/10/2007		
FATURA									
DADOS DO PRODUTO									
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	CL. FISC.	SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	VALOR DO IPI
7887788	Perfil de Alumínio			PC	2888	15,00	43.320,00	0	-
CALCULO DO IMPOSTO									
BASE DE CÁLCULO DO ICMS		VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO			VALOR DO ICMS SUBSTITUTO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS		
							43.320,00		
VALOR DO FRETE		VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS			VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA		
						-	43.320,00		
TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS									
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				RESERVADO AO FISCO				Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO	
INSCRIÇÃO NO SUFRAMA: 77778888								104	
ICMS isento conforme Anexo I item 107									
DADOS DA AIDF E DO IMPRESSOR									
RECEBEMOS DE (RAZÃO SOCIAL DO EMITENTE) OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO							NOTA FISCAL		
DATA DO RECEBIMENTO		IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR					Nº. 104		

**Figura 12: Livro de Registro de Saída – Suframa**

LIVRO DE REGISTRO DE SAÍDA													
Documento Fiscal					Valor Contábil	Codificação		ICMS – Valores Fiscais					Obs.
Espécie	Série e sub-série	Números	Data			Contábil Fiscal	Base de cálculo	Alíquota	Imposto debitado	Isentas / não tributadas	Outras		
			Dia	Mês									
NF	-	104	30	10	43.320,00	-	5.110				43.320,00		

Conforme o Art. 101 do RICMS/PR dentro de 180 após a liberação da mercadoria é necessário obter a declaração de internamento da nota fiscal, essa declaração é solicitada com intuito de saber se o cliente passou pela barreira e informou sobre a compra da mercadoria e desta forma está regular diante do órgão da SUFRAMA, passando esse prazo já determinado e o nota fiscal não foi regularizada o comerciante deverá emitir uma nota fiscal complementar dos impostos não destacados na nota fiscal junto com multa e juros cobrados pela Receita Federal e Estadual.

Já de acordo com o RICMS/PR na saída de produto industrializado de origem nacional com destino aos municípios de Manaus, Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas, e às Zonas de Livre Comércio do Macapá e Santana, no Estado do Amapá, Bonfim e Pacaraima, no Estado de Roraima, Guajaramirim, no Estado de Rondônia, Tabatinga, no Estado do Amazonas, e Cruzeiro do Sul e Brasiléia, com extensão ao Município de Epitacolândia, no Estado do Acre, beneficiada com isenção ou redução da base de cálculo, a nota fiscal será emitida, no mínimo, em cinco vias, que terão a seguinte destinação:

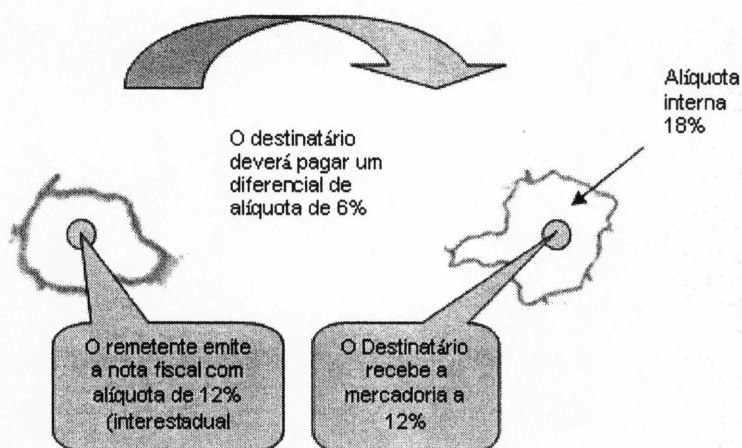
- a 1ª via acompanhará a mercadoria e será entregue ao destinatário;
- a 2ª via ficará em poder do emitente, para exibição ao fisco;
- a 3ª via acompanhará a mercadoria e destinara – se –a a fins de controle da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas;
- a 4ª via acompanhará a mercadoria e poderá ser retida pelo fisco paranaense;

- a 5ª via acompanhará a mercadoria até o local de destino, devendo ser entregue, com uma via do conhecimento de transporte, à unidade da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

#### 4.4.4 Venda para fora do Estado do Paraná

Quando uma empresa comercializadora localizada dentro do Estado do Paraná vende para um cliente contribuinte localizado no estado de Minas Gerais o cliente além de pagar o imposto destacado na nota fiscal de 12 % (alíquota interestadual), o mesmo também deverá pagar o diferencial de alíquota de 6% , devido à alíquota interna do Estado de Minas Gerais ser 18%, para melhor exemplificar segue abaixo:

**Figura 13: Ilustração – Venda para fora do Estado do PR**



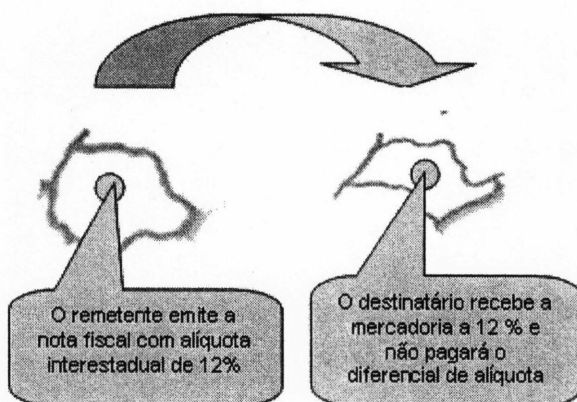
Com esta lógica, muitas empresas preferem adquirir a mesma mercadoria dentro de seu próprio estado, já que não haverá nenhum diferencial, somente do valor da concorrência. Mas é importante ressaltar que nem todos os estados obrigam as empresas a pagarem o diferencial de alíquota na entrada da mercadoria no estado, e ou, em alguns casos existe a lei, porém não há controle.

Para melhor exemplificar pensemos em um cliente localizado no estado de São Paulo, onde o mesmo adquire a mercadoria do estado do Paraná para



a comercialização no seu estado, o mesmo adquire a mercadoria com uma alíquota interestadual de 12 % e quando vende no seu estado à mesma mercadoria sai a 18%, como isso o cliente ganha um diferencial no preço na mercadoria através da aquisição de 6% , segue abaixo figura exemplificativa:

**Figura 14: Ilustração – Venda para SP**



Nestas transações comentadas acima, o setor de venda poderá utilizar com um diferencial para conquistar um cliente localizado fora do estado do Paraná em um estado onde não há o pagamento do diferencial de alíquota.

Mais diretamente ligado para empresas comercializados de alumínio quando a empresa em questão vende para fora do estado os produtos lingote, tarugo as mercadorias estão enquadradas como produtos primários e é necessário recolher o imposto ICMS através de GR-PR e anexar o comprovante de pagamento a nota fiscal, pelo motivo de fiscalização.

Mesmo efetuando o pagamento do ICMS antecipado na saída da mercadoria, na nota fiscal é destacado o tributo, e desta forma, no final do mês quando for efetuar a apuração do ICMS será necessário efetuar o estorno do ICMS referente a GR-PR paga, tendo em vista que a empresa está efetuando o pagamento na sua Gia Mensal de ICMS sobre o ICMS destacado na nota fiscal de saída e o não estorno geraria um pagamento em duplicidade.



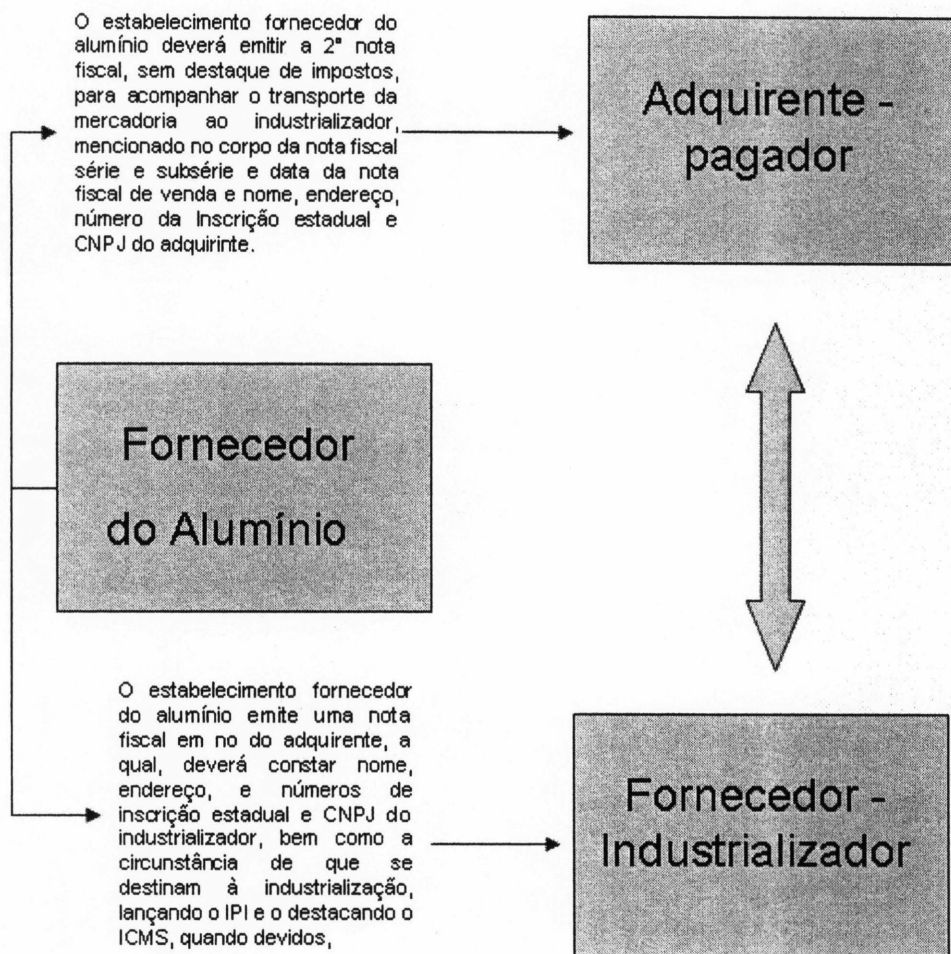
#### **4.4.5 Remessa para Industrialização por Ordem de Terceiros, quando a mercadoria transitar por um estabelecimento industrializador.**

Existem algumas vendas efetuadas pelas empresas comercializadoras de alumínio onde o adquirente da mercadoria solicita para outra empresa para que seja feita a industrialização dessa mercadoria, desta forma, o fornecedor deverá emitir duas notas fiscais, a primeira será a de operação de venda utilizando como o C.F.O.P. 5.123 onde deverá tributar normalmente todos os impostos, dentre os quais ICMS e IPI, e devendo constar na nota fiscal os dados do fornecedor que irá industrializar a mercadoria bem como a descrição mercadoria para industrialização.

No mesmo momento em que a mercadoria será retirada o fornecedor do alumínio deverá emitir uma segunda nota fiscal com C.F.O.P 5.124 de remessa onde não deverá destacar os impostos, informando os dados do fornecedor que irá industrializar a mercadoria, bem como no corpo da nota fiscal os dados do proprietário da mercadoria.

Para melhorar exemplificar segue figura abaixo:

**Figura 15: Venda com Remessa para Industrialização**



É importante ressaltar que para o fornecedor do alumínio após a emissão das duas notas fiscais perante a fiscalização terminou – se a operação, porém para o adquirente da mercadoria ainda será necessário que o industrializador emita uma nota fiscal com destino ao adquirente, com lançamento do IPI e destaque do ICMS sobre o valor total cobrado do autor da encomenda, que serão aproveitados como crédito pelo mesmo, da qual constatarão o nome, endereço e números de inscrição estadual e CNPJ do fornecedor do alumínio, e número, série e subsérie e data da nota fiscal de remessa por este emitida, bem como o valor da mercadoria recebida para industrialização e o valor total cobrado pelo industrializador, destacando, o valor das mercadorias empregadas.

## 5 ALÍQUOTAS

Um dos princípios constitucionais do ICMS é o da seletividade, ou seja, quando mais necessário o serviço/mercadoria, menor a carga tributária, ou vice versa. Esta definição está condicionada à essencialidade, importância e necessidade.

A legislação paranaense possui grupo de seis alíquotas, que respectivamente são: 27%, 26%, 25%, 18%, 12% e 7%. (art. 15 do RICMS/PR).

As alíquotas internas encontram – se arroladas no art. 15 do RICMS/PR e são aplicadas quando, por exemplo, o remetente ou o prestador e o destinatário da mercadoria, bem ou serviço estiverem situados neste Estado.

Outra situação é quando o destinatário da mercadoria ou do serviço for consumidor final localizado em outra unidade federada desde que não contribuinte do ICMS.

### 5.1 Alíquotas Interestaduais

As alíquotas interestaduais são aplicadas nas operações e prestações entre contribuintes, e é composta de três grupos:

- 12% - Para as operações e prestações interestaduais que destinem bens, mercadorias ou serviços a contribuintes estabelecidos nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo;
- 7% - Para as operações e prestações interestaduais que destinem bens e mercadorias ou serviços a contribuintes estabelecidos no Distrito Federal e nos demais Estados não relacionados acima;
- 4% - Nas prestações de serviço de transporte aéreo interestaduais de passageiro, carga e mala postal.

Quando efetua – se vendas para pessoas físicas ou jurídicas que possuem inscrição estadual habilitada e estão localizadas fora do estado do Paraná, aplica – se as alíquotas interestaduais conforme artigo 16 (art. 15 da

O diferencial de alíquota faz com que a área de vendas tenha um diferencial ao se falar sobre a concorrência sabendo que o contribuinte do estado de São Paulo que tem sua alíquota interna de 18% saia de seu estado para adquirir a mercadoria no Paraná onde existe uma diferença de 6% do imposto que não será cobrado por seu estado, consequentemente a mercadoria torna – se mais barata podendo ser repassada para o consumidor final.

Ocorreu recentemente uma alteração no RICMS/PR referente ao diferencial de alíquota, conforme o decreto 165 alteração 742 onde toda a mercadoria adquirida fora do estado do Paraná para fins de consumo próprio e ou ativo permanente será necessário o pagamento do diferencial de alíquota, se a empresa estiver enquadrada no regime normal de apuração lança – se –a em conta gráfica, já se a empresa estiver enquadrada no regime simples nacional deverá recolher imediatamente o diferencial através da GR-PR.

Este decreto no segmento de construção civil tem gerado algumas polêmicas tendo em vista que construtora perante a lei são reconhecidas como consumidores finais, ou seja, toda compra que efetuem para as obras será cobrados os tributos com se fosse uma compra para uso e consumo.

Até então as empresas de construção civil adquiriam suas mercadorias na grande maioria fora do estado do Paraná pelo motivo de que a alíquota do Paraná é de 18 % e as alíquotas dos estados mais próximos como São Paulo e Santa Catarina são 12 % desta forma, as empresas ganhavam em torno de 6% no valor da mercadoria.

Em contato com várias empresas observa-se que não estão seguindo o decreto, ou seja, continuam adquirindo mercadorias fora do estado do Paraná e não estão pagando o diferencial de alíquota, isto ocorre pela falta de fiscalização e barreiras.

## **6 OPERAÇÕES DE ENTRADA**

Subentende-se que entrada de mercadoria quando uma empresa adquire uma mercadoria por diversos motivos, podendo ser uma compra de mercadoria onde a mesma irá revender e neste caso estando a empresa enquadrada como Regime Normal de Apuração poderá se creditar do ICMS destacado na nota fiscal, também na compra de material de uso e consumo, material para ativo permanente entre outros.

Enfim operações de entrada é tudo que entra na empresa através de várias transações operacionais.

## 6.1. Compra para uso e consumo

Para empresa comercializadora localizada dentro do estado do Paraná na compra de material para uso e consumo tem-se situações, que na entrada desta mercadoria a empresa deverá escriturar a nota fiscal, não utilizar-se dos créditos e o CFOP utilizado para compra de uso e consumo seria 1.556, conforme abaixo:

**Figura 17: Compra para Uso e Consumo**

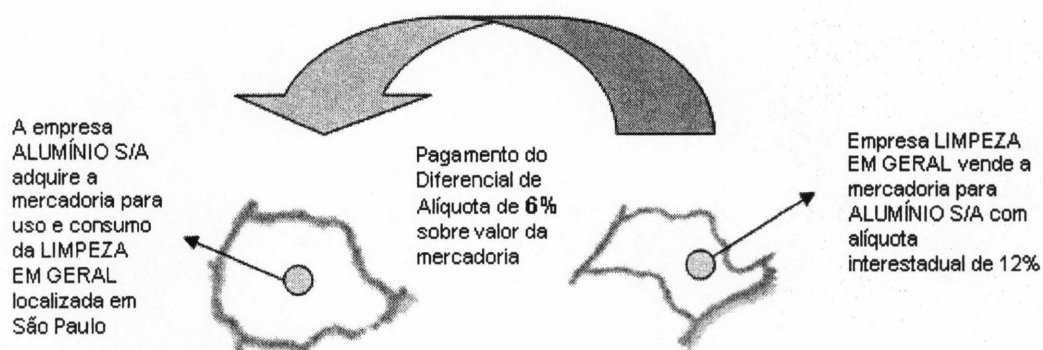
NOTA FISCAL									
Nº. 48485									
EMITENTE		NOME/RAZÃO SOCIAL: Limpeza em Geral <input checked="" type="checkbox"/> SAÍDA <input type="checkbox"/> ENTRADA ENDEREÇO: Rua Marechal Deodoro, 57 Bairro: CIC MUNICÍPIO: Curitiba UF: PR FONE/FAX: CEP: 74.989-000							
LOGOTIPO		1ª. VIA DESTINATÁRIO REMETENTE							
		CNPJ 35.949.949/0001-49							
NATUREZA DA OPERAÇÃO	CFOP	INSC. ESTADUAL DO SUBTRIB.	INSCRIÇÃO ESTADUAL						
Venda	5.102		889.000.000						
DESTINATÁRIO/REMETENTE									
NOME/RAZÃO SOCIAL					CNPJ/CPF				
Alumínio S/A					01.949.939/0001-40				
ENDEREÇO:			BAIRRO:		CEP				
Rua Amazonas, S/N			CIC		74.989-000				
MUNICÍPIO			FONE/FAX		UF		INSCRIÇÃO ESTADUAL		
Curitiba					PR		540990000		
FATURA									
DADOS DO PRODUTO									
CODIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	CL. FISC.	SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALÍQUOTAS ICMS	IPÍ
7575	Detergente 5 lt			UNIDADE	10	15,00	150,00	18	0
6464	Espanja de Aço			UNIDADE	16	0,70	11,20	18	
CÁLCULO DO IMPOSTO									
BASE DE CÁLCULO DO ICMS		VALOR DO ICMS		BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO		VALOR DO ICMS SUBSTITUTO		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
161,20		29,02						161,20	
VALOR DO FRETE		VALOR DO SEGURO		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS		VALOR TOTAL DO IPI		VALOR TOTAL DA NOTA	
								161,20	
TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS									
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				RESERVADO AO FISCO				Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO	
								48485	
DADOS DA AIDF E DO IMPRESSOR									
RECEBEMOS DE (RAZÃO SOCIAL DO EMITENTE) OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO								NOTA FISCAL	
DATA DO RECEBIMENTO		IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR						Nº. 48485	

**Figura 18: Escrituração de Nota Fiscal de Entrada para  
Uso/Consumo**

LIVRO DE REGISTRO DE ENTRADA													
Documento Fiscal					Valor Contábil	Codificação		ICMS – Valores Fiscais					Obs.
Espécie	Série e sub-série	Números	Data			Contábil Fiscal	Base de cálculo	Alíquota	Imposto debitado	Isentas / não tributadas	Outras		
			Dia	Mês									
NF	-	48485	03	11	161,20	-	1.556					161,20	

Observa – se ainda para o mesmo exemplo acima se a empresa de material de limpeza estivesse localizada em outro estado e a empresa Alumínio S/A adquirisse a mesma mercadoria ocorreria que para este caso conforme o Decreto 165 alteração 742 do RICMS/PR a partir de abril de 2007, toda compra adquirida para uso e consumo e ou ativo fixo de empresas localizadas fora do estado do Paraná deverá ser pago o diferencial de alíquota.

**Figura 19: Compra Fora do Estado – Diferencial de Alíquota**



Desta forma sabendo que a empresa adquiriu a mercadoria pelo valor total de R\$ 161,20 onde foi destacado na nota fiscal um valor de R\$ 19,34 (alíquota de 12%) e na entrada deve – se pagar o diferencial de R\$ 9,68 onde para empresas enquadradas no Regime Normal de Apuração deverá ser lançada no Livro de Apuração de ICMS em Outros débitos, já para empresas enquadradas como Regime Simples de Apuração deverá ser gerada uma GR-

PR no ato da entrada da mercadoria no estabelecimento e pago no Banco o valor correspondente.

## **6.2. Compra para Ativo Permanente**

Observando o princípio da não-cumulatividade do imposto, é assegurado ao contribuinte o direito de creditar – se do imposto anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado à entrada de mercadoria, real ou simbólica, no estabelecimento, inclusive a destinada ao seu uso e consumo ou ao ativo permanente ou o recebimento de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal ou de comunicação (art. 24 do RICMS-PR).

Com base no art. 24 § 4º do RICMS/PR o aproveitamento dos créditos decorrentes de entradas de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente dar-se-á a razão de 1/48 por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento.

Em cada período de apuração do imposto, não será admitido o creditamento em relação à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das operações de saídas ou prestações efetuadas no mesmo período.

O valor a ser apropriado será o obtido multiplicando – se o valor total do respectivo crédito pelo fator igual a 1/48 da relação entre o valor das operações de saídas e prestações tributadas e o total de operações de saídas e prestações o período, equiparando – se às tributadas as saídas e prestações com destino ao exterior.

O quociente de 1/48 será proporcionalmente aumentado ou diminuído, pro rata dia, caso o período de apuração seja superior ou inferior a um mês.

Para melhor exemplificar imagina – se que no mês de setembro/07 a empresa Alumínio S/A adquiriu um ativo imobilizado com as seguintes características:

- Período de apuração mensal: mês de setembro/05;
- Aquisição do bem: setembro/05;
- Período: 4 anos;
- Meses: 48;



- Crédito/meses: 1/48;
- Valor da aquisição do bem do Ativo Permanente: R\$ 15.000,00;
- Valor do crédito fiscal do ICMS: R\$ 2.700,00;
- Valor das saídas isentas ou não-tributadas: R\$ 17.000,00;
- Valor total das saídas: R\$ 20.000,00;

Fator de crédito:	1	X	Total das Saídas tributadas R\$
17.000,00			
	48		Total de saídas do mês R\$ 20.000,00

Fator de Crédito =  $0,0208333 \times 0,85$

Fator de Crédito = 0,0177083

Neste exemplo, o fator de crédito correspondente ao período é de 0,0177083, cujo valor do ICMS a ser apropriado no mês de setembro/05 corresponderá a :

Valor do imposto destacado na NF = R\$ 2.700,00 x 0,0177083 = R\$ 47,81

Valor a ser apropriado no Livro de Apuração do ICMS = R\$ 47,81

Nesse mesmo exemplo, caso a empresa Alumínio S/A não houvesse realizado operações de saídas isentas ou não tributadas, o valor do crédito corresponderia a R\$ 56,25, ou seja, R\$ 2.700,00 / 48.

Ressalta – se ainda que conforme determina o art. 4º, XIII, do RICMS-PR, não incide ICMS nas saídas de bens de Ativo Permanente, sendo, assim, como o próprio legislador não especificou a espécie da saída, o benefício aplica – se a saída qualquer título (venda, doação, transferência, locação, comodato).

A escrituração da nota fiscal de entrada de Bem do Ativo Permanente será da seguinte forma.

**Figura 20: Escrituração de Nota Fiscal de Entrada para Ativo  
Permanente**

LIVRO DE REGISTRO DE ENTRADA													
Documento Fiscal					Valor Contábil	Codificação		ICMS – Valores Fiscais					Obs.
Espécie	Série e sub-série	Números	Data			Contábil Fiscal	Base de cálculo	Alíquota	Imposto debitado	Isentas / não tributadas	Outras		
			Dia	Mês									
NF	-	75757	18	11	15.000,00	-	1.551					15.000,00	

O CFOP utilizado nesta operação tem como descrição compra de bem para o ativo imobilizado.

O valor do crédito de ICMS referente a esta aquisição de R\$ 47,81 será lançado no livro de apuração de ICMS em Outros Créditos com a descrição de crédito referente a aquisição de Ativo Imobilizado 1º parcela conforme ficha CIAP, sabendo que são 48 parcelas para término dos créditos devendo ser analisado e lançado no livro de apuração do ICMS.

Segue abaixo modelo “C” da ficha do CIAP, conforme o Art. 24, § 4º, o RICMS:

CONTROLE DE CRÉDITO DE ICMS DO ATIVO PERMANENTE – CIAP MODELO “C”	Nº de Ordem 001
--	--------------------

## 1. IDENTIFICAÇÃO

Contribuinte Alumínio S.A	Inscrição 192939939
Bem Computador	

## 2. ENTRADA

Fornecedor e Transportador  Computelec Ltda			Nº da Nota Fiscal e do CTRC  75757
Nº do LRE 001	Folha do LRE 0350	Data da Entrada 18/11/2007	Valor do Imposto R\$ 2.700,00

## 3. SAÍDA

Nº da Nota Fiscal	Modelo	Data da Saída
-------------------	--------	---------------

## 4. CRÉDITO MENSAL

1º ANO			2º ANO			3º ANO		
Mês	Fator	Valor	Mês	Fator	Valor	Mês	Fator	Valor
1º	0.0177083	47,81	1º			1º		
2º			2º			2º		
3º			3º			3º		
4º			4º			4º		
5º			5º			5º		
6º			6º			6º		
7º			7º			7º		
8º			8º			8º		
9º			9º			9º		
10º			10º			10º		
11º			11º			11º		
12º			12º			12º		

4º ANO		
Mês	Fator	Valor
1º		
2º		
3º		
4º		
5º		
6º		
7º		
8º		
9º		
10º		
11º		
12º		

## 5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELATIVAS À PERDA DO DIREITO AO CRÉDITO

Data:	
Motivo:	

Esclarecendo alguns pontos no modelo “C” do CIAP, no campo “Nº de Ordem”, é o número de controle das fichas que deverá ser seqüencial conforme a aquisição de bens.

O campo “identificação” destina – se aos dados do adquirente do bem como os dados do bem adquirido.

O campo “Entrada” informa – se os dados do fornecedor, dados da nota fiscal, e quando for o caso o número do CTRC (conhecimento de transporte). O Nº do LRE é o número do Livro de Registro de Entradas que foram escriturados os documentos fiscais e a folha de LRE são os números que foram escriturados os documentos fiscais.

O campo “Saída” são informações relativas a saída do bem.

O campo “Crédito Mensal” destina – se à escrituração, nas colunas sob os títulos correspondentes do 1º ao 4ºano, do crédito proporcional à relação entre as saídas e prestações isentas ou não-tributadas e o total das saídas e prestações escrituradas no mês.

O campo “Outras Informações Relativas à Perda do Direito ao Crédito” são anotações da data e motivo da perda do direito ao crédito quando ocorrer perecimento, extravio, deterioração do bem ou em que se completar o quadriênio.

### **6.3. Devolução de mercadoria**

A devolução de mercadoria consiste na operação em que o remetente, após ter recebido as mercadorias em seu estabelecimento, as envia de volta, total ou parcialmente, ao seu fornecedor.

Verifica – se que, na devolução de mercadoria, após seu recebimento ou aceite, o estabelecimento promotor deverá adotar os procedimentos legais no que diz respeito aos lançamentos fiscais nos respectivos livros e emissão dos documentos fiscais.

A operação de devolução de mercadoria recebida não poderá ser confundida com a operação de retorno de mercadoria não entregue, pois nessa situação o adquirente recusa o recebimento da mercadoria por alguma razão,

não gerando para o adquirente os efeitos fiscais de lançamentos em seus livros e emissão de documento para o retorno ao fornecedor.

Os aspectos relativos às operações de devolução de mercadorias estão fundamentados nos artigos 244 e 247 do RICMS/PR, aprovado pelo Decreto 5.141/2001.

A operação de devolução tem por objetivo anular todos os efeitos da operação anterior, inclusive os tributários.

Dessa forma, fica assim definida a tributação que será aplicada na devolução da mercadoria, ou seja, se a operação original foi tributada à alíquota de 18%, por exemplo, a operação de devolução será tributada à mesma alíquota, caso contrário, não estaria anulando os efeitos da operação anterior.

Igual tratamento será aplicado em relação à mercadoria que, por disposição legal, seja fiscalmente beneficiada ou desonerada de tributação. Se na operação original não houve tributação, o mesmo se aplica em relação à operação de devolução da mercadoria, como, por exemplo, a isenção.

Segundo o artigo 245 do RICMS/PR, o estabelecimento que devolver mercadoria emitirá Nota Fiscal Modelo 1 ou 1-A, com o destaque do imposto, se devido, mencionando – se o número e a data do documento fiscal originário, o valor da operação e o motivo da devolução.

É assegurado ao estabelecimento que receber a mercadoria, em devolução, o crédito do imposto destacado na Nota Fiscal.

Verfica – se que nessa situação, para fins de crédito, o fisco não determinou prazo limite, assim, desde que a devolução esteja acobertada por documento fiscal idôneo, o contribuinte poderá creditar-se do imposto debitado por ocasião da saída.

No documento fiscal de devolução por contribuinte inscrito, deverá constar, além dos requisitos exigidos, o número e a data do documento fiscal originário, o valor da operação e o motivo de devolução.

Quando se tratar de devolução efetivada por empresa enquadrada no Regime Fiscal de Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte estas poderão, em substituição à Nota Fiscal, Modelo 1 ou 1-A, efetuar a devolução

por meio da Nota Fiscal Avulsa emitida por processamento de dados nos termos da Norma de Procedimento Fiscal nº 89/05 do art. 245, § 2º, do RICMS/PR).

O estabelecimento recebedor da mercadoria poderá recuperar o imposto anteriormente debitado, mediante “estorno de débito”.

Convém observar que a realização de estorno de débito exige a emissão de Nota Fiscal, na forma do art. 116, V, do RICMS/PR).

## 7. CONCLUSÃO

Após os estudos levantados neste trabalho, observa - se que existe uma grande necessidade de que as empresas busquem as informações técnicas e estude o RICMS/PR utilizando a seu benefício, o regulamento é complexo e por falta de informações muitas empresas estão irregulares perante da Receita Estadual e desconhecem seus direitos e deveres.

No trabalho foram abordados os principais aspectos do ICMS para empresas de comércio de alumínio localizadas dentro do estado do Paraná, mostrando de forma clara e objetiva as principais dúvidas sobre alíquotas, as incidências e não incidências, o diferencial de alíquotas e as principais operações de entrada e saída.

Poderá ser utilizado de forma há facilitar o dia –a – dia dos profissionais atuantes na área fiscal de empresas de alumínio, tendo em vista que neste trabalho foram tratadas as principais e complexas operações que geram dúvidas e muitas vezes são executados de forma incorreta.

Tratou – se também sobre a compra de matérias para uso e consumo adquiridos fora do Estado onde recentemente ocorreu uma alteração no RICMS/PR que obriga as empresas adquirentes o pagamento do diferencial de alíquota.

Enfim nota – se que as mudanças no Regulamento do Estado do Paraná ocorreram de forma rápida e complexa e em virtude disto, as empresas necessitam de buscar ferramentas que facilitem e aumente a absorção das informações.

## 8. BIBLIOGRAFIA

BORBA, Cláudio. **ICMS Legislação aplicável a todos os Estados e Distrito Federal**. Editora Campus, 2007.

BORGES, Humberto Bonavides. **Gerência de Impostos**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

BETTONI, Jaime. **Apostila da Disciplina: Planejamento Tributário**. Pós Graduação em Contabilidade e Finanças – UFPR – PR.

MELO, José Eduardo Soares. **ICMS – Teoria e Prática**.6. Editora Dialética, 2003.

ABAL. **Associação Brasileira de Alumínio**. Disponível em: < <http://www.abal.org.br> >. Acesso em: 8 Jul. 2007, 21:00.

ABRE. **Comitê de Exportação**. Disponível em:< <http://www.abre.org.br> >. Acesso em: 10 Out. 2007, 20:00.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br> >. Acesso em: 15 Ago. 2007, 22:00.

SEFA. **Secretaria da Fazenda**. Disponível em: < <http://www.fazenda.pr.gov.br>>. Acesso em: 6 out. 2007, 19:00.